

AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES PARA PROMOVER A INCLUSÃO

AUTISM AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION: POSSIBILITIES TO PROMOTE INCLUSION

Viviane Benício de Abreu¹

Prof. Dra. Bruna Germana Nunes Mota²

RESUMO

A inserção da criança autista na escola regular é um direito garantido por lei, a escola enquanto um espaço de socialização e interações promovem diversas aprendizagens e auxilia no desenvolvimento destas crianças. É na Educação Infantil que essas interações se iniciam e com ela o processo de inclusão se fortalece. Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral compreender como ocorre a inclusão das crianças autistas na Educação Infantil. Os objetivos específicos para nortear a pesquisa são: compreender o que é o transtorno do espectro do autista; identificar quais os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam diretamente com essas crianças nas escolas públicas e privadas; entender o espaço da Educação Infantil como necessário para a criança com autismo. Esta pesquisa é qualitativa, trata-se de um estudo de caso com pesquisa de campo, onde conseguimos investigar a temática a partir do olhar dos docentes. Como instrumento de coleta de dados utilizamos uma entrevista semiestruturada com professores que atuam na Educação Infantil. Percebemos que a inclusão de crianças com autismo ainda é algo desafiador, o espaço da Educação Infantil é extremamente relevante pois permite desenvolver as potencialidades das crianças. Reforçamos, contudo, a necessidade de um maior investimento em políticas públicas que atendam as mais diversas necessidades dos profissionais e das crianças, para que assim, seja desenvolvida uma sociedade que de fato desenvolve inclusão.

Palavras chave: Inclusão. Educação Infantil. Formação docente.

ABSTRACT

The insertion of the autistic child in regular school is a right guaranteed by law, the school as a space for socialization and interactions promotes different learning and helps in the development of these children. It is in Early Childhood Education that these interactions begin and with it the process of inclusion is strengthened. In view of this, this work has the general objective of understanding how the inclusion of autistic children in Early Childhood Education occurs. The specific objectives to guide the research are: to understand what is the autism spectrum disorder; identify the

¹ Aluno(a) do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: vivianebenicio08@gmail.com

² Professor(a) Dra. do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: bruna.mota@uniateneu.edu.br

challenges faced by professionals who work directly with these children in public and private schools; understand the space of Early Childhood Education as necessary for the child with autism. This research is qualitative, it is a case study with field research, where we were able to investigate the theme from the perspective of the teachers. As a data collection instrument, we used a semi-structured interview with teachers who work in Early Childhood Education. We realize that the inclusion of children with autism is still challenging, the space of Early Childhood Education is extremely relevant as it allows developing the potential of children. We reinforce, however, the need for greater investment in public policies that meet the most diverse needs of professionals and children, so that a society that actually develops inclusion can be developed.

Keywords: Inclusion. Child education. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

A educação ao longo do tempo vem sendo alvo de intensas pesquisas e diálogos, a fim de melhorar e transformar o meio. Quando pensamos especificamente na inclusão, percebemos grandes evoluções na sociedade para que essas práticas sejam de fato respeitadas.

A inclusão trouxe consigo uma nova postura a ser desenvolvida pela escola e pelos profissionais que atuam nas instituições. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base (LDB), os alunos têm o direito de desfrutar de uma educação igualitária e de qualidade. Pensando especificamente nas crianças com autismo, Facion (2013) mostra que se trata de uma síndrome que é presente desde o nascimento da criança, apresenta como características problemas na compreensão da linguagem oral e dificuldades na interação. É preciso, portanto, compreender suas individualidades e buscar de forma própria atender as suas demandas, principalmente, na Educação Infantil, lugar onde se iniciam as novas experiências de aprendizagem, na qual prepara as crianças para interagir e construir saberes.

Enquanto estudantes e profissionais da educação, deparamo-nos constantemente com o desafio da inclusão nas escolas, tanto nas públicas quanto nas privadas, percebemos as salas de aulas cheias de estudantes e o professor que precisa atender as necessidades das crianças. Questionar como a inclusão acontece de fato, e quais os desafios que os professores enfrentam em seu dia a dia em sala de aula, é uma das preocupações que se passa na mente dos futuros profissionais da área.

Com isso, vemos a necessidade de uma preparação constante para a compreensão da temática. A inclusão das crianças autistas vem sendo desenvolvida pelos(as) docentes que atuam na rede pública e privada de ensino.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como ocorre a inclusão das crianças autistas na Educação Infantil. Os objetivos específicos para nortear a pesquisa são: compreender o que é o transtorno do espectro do autista; identificar quais são os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam diretamente com

essas crianças; entender o espaço da sala de aula da Educação Infantil como necessário para a criança com autismo.

A metodologia aplicada nesta pesquisa corresponde a abordagem qualitativa, tendo como métodos a pesquisa de campo e o estudo de caso. Onde foi possível investigar a temática a partir de um contexto e um olhar mais específico. Como instrumento de coleta de dados utilizamos uma entrevista semiestruturada com professores que atuam na Educação Infantil. Para a análise de dados, utilizamos a Técnica de Conteúdo Categorical Temática, que busca construir inferências sobre as mensagens construídas.

Percebemos que há uma busca por parte dos professores em desenvolver a inclusão das crianças com autismo, porém ainda há uma falta de preparo para trabalhar com as diversas especificidades que podem surgir. São necessárias, portanto, políticas públicas que busquem preparar os docentes para que se sintam seguros para atender as crianças com autismo nas salas de aula regular.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentaremos o referencial teórico da pesquisa intitulada “Autismo e Educação Infantil: possibilidades para promover a inclusão”, para isto, no primeiro momento apresentaremos A criança com TEA na Educação Infantil, esta entendida como fundamental para o desenvolvimento da criança. Conceituaremos também o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), para melhor compreendermos este transtorno com suas especificidades. Em seguida, falaremos um pouco sobre o cenário histórico da criança com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Por fim, iremos tratar dos desafios da inclusão no contexto escolar atual.

2.1 A criança com TEA e a Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e pode ser entendida como uma das mais importantes para o desenvolvimento. Nela as

crianças iniciam suas vivências e interações fora do ambiente familiar, o qual, até então, estavam acostumadas. Entendemos que com o passar do tempo as crianças criam novas necessidades que deverão ser atendidas não somente pela família, mas por um grupo especializado que compreenda seu desenvolvimento e atue diretamente para o desenvolvimento de novas aprendizagens.

Para Silva (2012) o professor nesta etapa é responsável por mediar os conhecimentos construídos a partir das vivências em sala de aula, é importante dizer que essas habilidades serão utilizadas até a idade adulta, nos diversos espaços que for inserido.

A Educação Infantil precisa estar de acordo com a realidade que estamos inseridos, os assuntos ensinados precisam fazer sentido para a criança, de forma a construir desde muito pequenos sujeitos conscientes de sua prática cotidiana. Diante disso, todo o corpo escolar precisa ter participação neste processo de construção de saberes.

Para atender a essa nova forma de ensinar, o currículo precisou se adequar, este deve respeitar as necessidades individuais de cada criança, compreendendo o que cada fase de desenvolvimento destaca, reconhecendo a criança como um sujeito em constante transformação e desenvolvimento, e que é necessária uma formação que atue em todos os âmbitos, sociais, afetivos, motores e cognitivos.

O Estado, a partir do que apresenta a LDB (9394/96), tem o dever de garantir vagas em creches e pré-escolas, públicas e gratuitas para todas as crianças em idades de três a seis anos. Além de ofertar as vagas, o Estado precisa acompanhar e garantir a qualidade para atender as necessidades da sociedade. Percebemos isto como um grande avanço na área educacional.

Com todos estes avanços é necessário também compreender que na escola o professor atua como um mediador e tem em sala de aula alunos com diferentes necessidades especiais, como os autistas que precisam de um atendimento específico para suas necessidades.

Desta forma, o professor precisa conhecer métodos pedagógicos e psicológicos para dar um suporte a qualquer eventualidade que possa ocorrer. Contudo, faz-se necessário uma formação para que os professores se sintam

preparados para atender a essas demandas escolares. Além disso, é fundamental uma parceria entre família e escola para o alcance dos objetivos propostos para a criança com TEA.

A inclusão escolar dos alunos com TEA não pode ser definida apenas como colocar essa criança dentro da escola, em uma sala de aula, mas requer uma interação entre o grupo escolar para atender as mais diferentes necessidades que possam surgir, necessidades estas não apenas físicas, mas em todos os aspectos pedagógicos.

Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo. Este não pode se resumir as experiências acadêmicas, mas se ampliar para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. Sendo assim as atividades de vida diária podem se constituir em currículo e em alguns casos, talvez seja os conteúdos que serão ensinados (ROPOLI, 2010, p.90).

Para que exista um rendimento satisfatório, é necessário que o professor responsável por esta criança receba uma formação adequada, onde poderá desenvolver confiança e conhecimento para melhor desenvolver sua prática. É importante mencionar que o docente precisa de um apoio para conseguir atuar, existem muitas demandas em sala de aula que necessitam ser resolvidas pelo professor.

Por este motivo, é necessário um apoio pedagógico de modo que a criança com o espectro autista desenvolva adequadamente suas competências tanto cognitivas quanto sociais.

Para as crianças com autismo clássico isso é aquelas crianças que tem maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, que fica claro a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas vezes elas apresentam atrasos mentais e, com isso não conseguem

acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. E para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados. (SILVA, 2012, p.109).

Diferentes demandas que levam a inclusão chegam as escolas e as salas de aula de aula antes mesmo da preparação e da formação adequada dos professores, por este motivo reiteramos a necessidade de formações continuadas para que todo o corpo gestor esteja pronto para receber e incluir as crianças com TEA em sala de aula, garantindo assim o seu direito constituído em lei.

2.3 Conceituando o transtorno do espectro do autista (TEA)

Quando tratamos da inclusão é fundamental compreendermos as múltiplas deficiências que podem existir nos alunos que estão diariamente inseridos na escola. Neste trabalho abordaremos o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A palavra “autismo” deriva do grego “autos” significando “voltar para si mesmo” (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012). Este termo foi usado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler ao descrever a esquizofrenia infantil. Compreendendo como um dos principais sintomas, a dissociação, em crianças que estavam fora da realidade.

No ano de 1943 o médico austríaco Leo Kanner desenvolveu um estudo com 11 crianças que apresentavam comportamentos que saíam do padrão esperado pela sociedade. Havia certa dificuldade no aspecto sócio comunicativo e no comportamento, o que dificultava a interação com o outro. A partir destas observações conseguiu descrever clinicamente o autismo, o chamando de “autismo infantil precoce”. (AJURIAGUERRA, 1983; AMY, 2001). O médico afirma que a solidão autística é a incapacidade que estas crianças possuem de se relacionarem desde o começo de suas vidas com diferentes pessoas e situações.

Descreve ainda sobre os comportamentos repetitivos, os quais “[...] sons e movimentos da criança são tão persistentes como são suas emissões verbais. Sua

conduta rege-se por um desejo ansiosamente obsessivo de manter a invariância” (CAMARGOS JUNIOR, 2005, p.11).

Diante disso, ficaram claras as dificuldades enfrentadas por estas crianças tanto na família quanto em outros ambientes, existia, portanto, uma desarmonia ao buscar inseri-las nas atividades.

Porém, apesar das dificuldades encontradas é importante mencionar que muitas destas crianças também podem apresentar diversas habilidades, que para muitos, se tornam extraordinárias. “Sobretudo no campo da memória e das habilidades visuais que coexistiam com profundos déficits de senso comum e julgamento” (ASSUMPÇÃO JÚNIOR; KUCZYNSKI, 2015, p. 3).

Em 2002, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV, 2002) apresenta um novo termo para denominar as crianças com TEA, “Transtornos Globais do Desenvolvimento”. Este transtorno foi caracterizado por severos déficits e um comprometimento global em múltiplas áreas de desenvolvimento, além disso, “incluem prejuízo da interação social recíproca, prejuízo da comunicação e a presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipados” (APA, 2002, p.72).

Para o transtorno Autista o manual caracteriza como um desenvolvimento comprometido ou anormal das interações sociais e de comunicação, podendo existir um comprometimento do uso não verbal e com um repertório restrito de atividades e interesses. Essas manifestações do transtorno variam, dependendo do nível de desenvolvimento e também da idade do sujeito (APA, 2002).

Em 2014, foi lançado a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V), este introduziu o conceito de espectro, reforçando a relevância da sua dimensionalidade (MACHADO et al., 2013).

Os critérios para o diagnóstico para o TEA são dois: “déficits de comunicação social e interação social e comportamento; interesses e atividades restritos e repetitivos” (MACHADO et al., 2013, p.6). Desta forma, o DSM-V caracteriza o Transtorno do Espectro Autista:

[...] por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em

comportamentos não verbais de comunicação usados para interação sócia e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, (...) presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014).

Hoje o autismo é compreendido como um problema neurológico que afeta certas crianças e impede que as mesmas consigam se relacionar com outros sujeitos, através da fala, da interação etc. Por existirem em graus diferenciados, uns ditos como mais leves e outros como mais severos, faz-se necessário existir um diagnóstico e um acompanhamento diário dessas crianças, a fim de que as mesmas consigam superar suas dificuldades.

Diante dessas diversas peculiaridades que percorrem a criança com TEA, a escola enquanto instituição formadora precisa estar preparada para acolher e trabalhar com elas. Buscando desenvolver da melhor forma possível suas aprendizagens e interações. Entendendo que “a prática pedagógica é, por certo, um elemento-chave na transformação da escola, entendendo essa possibilidade de transformação ao homem e à sociedade” (ZANATA; CAPELLINS, 2012, p. 82).

É fundamental que exista um acompanhamento e um trabalho constante do corpo gestor da escola em conjunto com os docentes, tanto os que estão inseridos nas salas regulares, quanto os que estão atuando nas salas de atendimento especializado, Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com o objetivo de proporcionar a esta criança seu desenvolvimento integral, para isto, requer-se “[...] práticas específicas, direcionadas a aquisição de habilidades necessárias para a inclusão familiar, social e escolar do indivíduo [...] com ênfase na mudança de alguns comportamentos e aprendizado [...]” (CUNHA, 2016, p. 28).

2.3 Breve cenário da criança com necessidades educacionais especiais (NEE)

Vivemos em um período de grandes mudanças em nossa sociedade, a maneira como lidamos com diferentes situações em nosso dia a dia tem se modificado constantemente, contudo, ainda hoje, tratar de inclusão torna-se um desafio nos mais diversos espaços em que atuamos.

Ao tratar especificamente da sala de aula, é necessário que se tenha consciência das várias identidades e subjetividades que estão presentes nos sujeitos inseridos neste espaço. Tratar das crianças que apresentam alguma necessidade especial é um desafio ainda maior que precisa ser superado pelos profissionais de educação que atuam direta ou indiretamente com elas.

Ferreira (1994) nos mostra que a história do atendimento à pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), no mundo, surgiu em meados do século XVI quando a diferença ou a fuga do padrão considerado normal passa do controle da igreja para o da medicina.

No século XVII e meados do século XIX, inicia-se o processo chamado fase de institucionalização, onde as pessoas com alguma necessidade especial eram segregadas e protegidas em algumas instituições residenciais. Apenas no início do século XX, surgem as escolas e as classes especiais dentro das escolas públicas visando oferecer às crianças ditas “deficientes” uma educação diferente das crianças ditas “normais”.

É importante salientar que a falta de conhecimentos sobre a criança com necessidade especial contribui para (o isolamento deles da sociedade) a segregação destes sujeitos. Na idade moderna, por exemplo, acreditava-se que pessoas com comprometimentos mentais ou deformações físicas eram amaldiçoadas, carregavam alguma “coisa maligna”. Essa “superstição” fazia com que essas pessoas fossem marginalizadas, excluídas muitas vezes da família e conseqüentemente do convívio social.

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela conseqüente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico localizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e compreensão que as diferentes sociedades tinham a respeito acerca da deficiência. A forma de pensar e por conseqüência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser, modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio históricas (ARANHA, 2005. p. 5).

Nos dias atuais existem leis que garantem o acesso de todas as pessoas independente de suas condições físicas, motoras ou cognitivas à educação e a seus espaços escolares. A Educação é referida na Constituição Federal (BRASIL, 1988),

como “direito de todos e dever do Estado” (p. 56), devendo nesse contexto ser valorizado o direito à Educação Especial.

Art. 205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.89).

A igualdade de oportunidades passou a significar a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, ao mesmo tempo em que a segregação daqueles que não atendiam às exigências escolares, passou a ser justificada pela adequação da educação que lhes seria oferecida.

No ano de 1954 é criada a primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no Rio de Janeiro, um marco para a educação especial no Brasil.

A educação especial passou por um período de ampliação das instituições especializadas, estas instituições surgiram como uma forma de resposta ao silêncio produzido pelo poder público e ao descaso que os mesmos produziram com as pessoas que eram consideradas deficientes. Para Romero (2006, p. 21),

[...] as iniciativas privadas configuraram-se nesse período como a própria expressão do atendimento implantado. Embora o modelo institucionalizado possa ser considerado segregacionista, pois mantinha as pessoas com deficiências distantes dos espaços regulares de ensino, é preciso levar em conta que esse modelo, em certa medida, propunha-se a responder às necessidades educacionais específicas dos diferentes tipos de deficiência. Por outro lado, cumpre considerar também que a existência dessas instituições contribuiu em grande medida para que o poder público tenha se isentado desse compromisso no sentido de inviabilizar ou até mesmo dificultar o ingresso e a permanência das pessoas com deficiências na escola regular.

Para Mazzota (1982), a década de 1980 foi considerada um marco para a educação, pois, este período marca o início da superação da visão assistencialista muito presente quando se trata da educação de crianças com necessidades

especiais. Nesta época foi comemorado em 1981, o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde foram elaborados dois planos de ação para atender às pessoas com algum tipo de necessidade especial: Plano de Ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes (1981) e o Plano Nacional da Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1985).

Mendes (2006) afirma que especificamente no Brasil os debates sobre a inclusão ganharam força na década de 1990, onde dois movimentos em defesa da igualdade de direitos foram desenvolvidos, eles são: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994).

A partir destes documentos norteadores, surge a Resolução CNE/CP nº 1/2002, como um instrumento legal que estabelece as Diretrizes Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, a determinação legal de que seja prevista nos currículos dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior a formação docente que atenda à diversidade, abordando conhecimentos referentes às diferentes especificidades dos alunos com alguma necessidade educacional especial.

No dia 9 de janeiro de 2001 foi instituída a Lei nº 10.172, que trata da Educação Especial no Plano Nacional de Educação. Esse documento estabeleceu como meta a formação de recursos humanos com a finalidade de atender aos educandos especiais nos mais diferentes níveis e modalidades de ensino.

É importante destacar que a inclusão de crianças com necessidades especiais não deve ser realizada a “qualquer custo”, mas devem ser realizadas com muito cuidado, compreendendo as especificidades de cada sujeito.

As tentativas de pôr essas crianças na rede escolar regular nunca foram de fácil execução. Tome-se, por exemplo, as experiências europeias reportadas em Colóquio Internacional realizado na Noruega sobre esse tema. Ali – se descrevem as tentativas feitas no sentido de manter em classes regulares do ensino público algumas crianças autistas e psicóticas elas terminaram, depois de se verificar que as escolas acabavam criando

classes especiais, em que havia apenas uma criança – exatamente a psicótica ou a autista com quem o convívio se tornara insuportável (KUPFER,2002, p. 112).

A inclusão escolar é” [...] fundamentada na ideia de que todas as crianças têm o direito de frequentar a escola mais próxima, sejam quais forem suas diferenças” (PLAISANCE, 2010, p.34). O que implica em uma transformação social, cultural e educativa nas escolas para acolher todas as crianças.

2.4 Inclusão, um desafio a ser superado

Atualmente no Brasil podemos observar uma demanda de estudos, discussões, pesquisas, debates e leis que buscam desenvolver um sistema educacional inclusivo que garanta a todas as crianças com Necessidades Educacionais Especiais igualdade e equidade de direitos. Porém, mesmo com esse movimento ainda é possível perceber dificuldades ao se tratar da temática de forma ampla.

A discussão em torno da inclusão está adquirindo as características de uma epidemia no Brasil. Embora já fosse uma realidade em países como França e Argentina, a inclusão passou a ocupar os educadores brasileiros principalmente depois que toda uma série de leis federais e estaduais foi sendo baixada, principalmente na última década, para a regulamentação da educação especial e da criação de classes especiais. (BISSOLO, 1996, p.66).

Com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), o Programa Educação para Todos e a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais na rede regular de ensino, houve uma universalização do ensino no Brasil. A partir disso, pode-se perceber as especificidades de cada estudante, bem como as dificuldades de aprendizagem vieram a ter um maior destaque.

Dentro deste cenário é necessário mencionar que para Mader (1997) houve um aumento significativo da inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, entretanto, a capacitação dos profissionais de educação para

atender as novas demandas não acompanharam esse crescimento no número de alunos.

Ainda para a autora o que se pode constatar a partir dessas mudanças e com a inserção das crianças com necessidades especiais no ensino regular, é que há um “desespero” por parte dos professores por não se sentirem preparados e acolhidos para atender a essas novas demandas.

O ato de aprender é uma das maiores conquistas do ser humano. Estamos todos os dias buscando e sendo desafiados a buscar novos aprendizados e o que se espera é que isso ocorra de forma natural e sistemática, dentro do processo de socialização e reconhecimento de cada sujeito.

Segundo Tacca e Rey (2008), a escola passa por mudanças significativas, onde antes ela se destinava a ensinar uma pequena parcela da população, hoje cada vez mais precisa atender a todos, independentemente de suas especificidades.

Porém o que podemos perceber segundo Tacca e Rey (2008), é que a escola, desde a sua implantação, apresenta em seu discurso e prática a ideia de que todos são iguais e devem aprender as mesmas coisas da mesma forma, e ao mesmo tempo. Esse pensamento traz como consequência um enquadramento, esquecendo muitas vezes de observar as singularidades dos sujeitos.

Apesar de seus esforços, a escola ainda precisa parar e perceber as mais variadas necessidades existentes em suas salas de aula. Percebemos a necessidade de se compreender o aluno como um sujeito individual, participante de uma turma em que existe diferentes dificuldades, personalidades. O professor e o corpo escolar precisam estar atentos, percebendo este aluno como um indivíduo único que pensa, age, sonha, aprende, concretiza do seu jeito e do seu tempo.

A autora Cordié (1996, p.11), escreve que a escola considera como situação de fracasso quando a criança não “acompanha” a proposta escolar, pois, na escola, “é preciso acompanhar: primeiro, o programa que diz o que é necessário aprender, em que ordem, em quanto tempo; depois, acompanhar a sua turma, não se distanciar do seu rebanho”.

Há, portanto, uma ideia errônea que as crianças que fogem a regra desse programa sequencial, que apresentam dificuldades nesse processo são identificadas

muitas vezes como “problemáticas” e já levantam suspeitas como dizem os autores (DEGENSZAJN; ROZ; KOTSUBO, 2001, p. 109), “de deficiências de uma ou várias funções cognitivas, como, por exemplo, alteração da percepção das formas, os distúrbios de fala e os distúrbios da linguagem escrita”.

É um grande desafio em nossas escolas brasileiras quando tratamos da inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais, especificamente as crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), foco da nossa pesquisa. Apesar dos desafios apresentados, é preciso salientar que houve um grande avanço quando falamos das leis que orientam o direito das crianças com necessidades especiais a estarem inseridas em diversos espaços escolares.

A Declaração de Salamanca, que desde a sua homologação, torna-se referência obrigatória para orientar políticas educativas em todo o mundo, instituiu a troca do termo “criança especial” pelo uso do termo “necessidades educativas especiais”. Essa declaração rege sobre princípios, políticas e práticas nessa área e declara em seu segundo artigo que:

Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem: toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam: designados e programas educacionais deveriam: ser implementados no sentido de levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança capaz de satisfazer as tais necessidades. Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. (UNESCO, 1994, s/p).

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), observamos que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas. Esta lei vem para garantir o direito de inclusão destas crianças dentro da escola. Entretanto é necessário muito mais que uma lei, uma reformulação de espaço físico, de mudança no currículo, no conteúdo programático ou um maior preparo do professor.

Para atender a estas necessidades foi criada a Cartilha de Inclusão Escolar, que ajuda a nortear os profissionais de educação em suas rotinas escolares, além de ressaltar a importância de desenvolver um novo olhar sobre estes sujeitos. Compreendendo que não é possível pensar em inclusão como um processo dedicado exclusivamente a criança com deficiência ou necessidade educacional especial, mas é necessária uma mudança de postura para atender as mais variadas necessidades da melhor forma possível.

Compreendemos então, o que (MENDONÇA, 2001, p. 93) diz quando afirma que “se não é possível ensinar tudo a todos, teremos de concluir que existe na educação algo que só poderá ser pensado na categoria do impossível”.

Portanto, faz-se necessário que se desenvolvam intervenções educacionais individualizadas para que todas as crianças com desenvolvimento típico ou atípico, com ou sem deficiência, transtornos mentais ou de aprendizagens, tenham reabilitadas suas dificuldades, estimuladas suas habilidades e respeitadas suas singularidades, viabilizando um desenvolvimento em plenitude.

3 METODOLOGIA

Compreendendo a relevância da pesquisa para o campo educacional e a complexidade de inserção do aluno autista na Educação Infantil, escolhemos utilizar o método de pesquisa qualitativa, está entendida como sendo uma investigação científica, que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado. No caso, o assunto abordado no decorrer deste trabalho e a forma como os dados foram coletados e analisados.

Dessa forma, Godoy (1995) menciona que:

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada.

Diante disso, realizamos uma pesquisa de campo na qual apresenta como método o estudo de caso, onde foi possível investigar a temática a partir de um contexto e um olhar mais específico. Para Goode e Hatt (1979), o estudo de caso é um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário. Considera a unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, família, conjunto de relações ou processos etc.).

Para a coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada. Para Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes.

O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

A entrevista foi realizada de forma remota, utilizando a plataforma digital do Google Meet. Entramos em contato com quatro professoras que atuam na Educação Infantil, especificamente na sala de infantil V e que apresentam em suas salas de aula alunos com TEA, para que pudessem responder ao nosso questionário.

A análise de dados aconteceu a partir das respostas coletadas na entrevista semiestruturada, onde a partir do olhar dos participantes pudésemos construir nossas inferências sobre a temática. Utilizaremos a Técnica de Análise de Conteúdo Categorical Temática, Godoy (1995) mostra que essa Técnica busca perceber as características presente nas mensagens e as relações que são construídas entre elas.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES E LOCAL DA PESQUISA

4.1 Local da pesquisa

O campo empírico desta pesquisa foram escolas públicas e privadas do município de Fortaleza. A pesquisa teve uma duração de um mês, onde realizamos as entrevistas e acompanhamos a rotina das professoras. As participantes atuam na Educação Infantil. Optamos pelas escolas pública e privada por acreditarmos ser um espaço democrático que buscam atender todas as crianças. Além disso, nós enquanto estudantes de educação, percebemos a escola como um espaço de resistência e luta por uma educação igualitária para todos.

4.2 Participantes

As quatro participantes da nossa pesquisa são todas professoras que vivenciam a rotina escolar com crianças com autismo. Destas 3 são da escolas públicas e 1 da rede privada de ensino. Nossos dados apresentaram que elas têm de 30 a 40 anos de idade. Todas concluíram a educação básica em escolas públicas, três das nossas participantes apresentam especialização em sua formação e apenas uma apresenta graduação em pedagogia. As participantes apresentam uma vasta experiência em sala de aula, 1 das delas apresenta até 5 anos de atuação, uma outra participante apresenta até 15 anos de atuação em sala de aula e duas participantes apresentam mais de 15 anos de atuação em sala de aula.

4.3 Coleta e análise de dados

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada. Para Vergara (2009, p. 5), a entrevista busca conhecer “[...] experiências vividas ou tendências futuras”, quando se pretende perceber o “[...] dito e o não dito, os significados, os sentimentos, a realidade experimentada pelo entrevistado, as reações, os gestos, o tom e o ritmo da voz [...], enfim, a subjetividade inerente a todo ser humano”.

Elaboramos um roteiro com perguntas relacionadas ao dia a dia das docentes participantes, bem como sua percepção sobre a inclusão que possuem (APÊNDICE 1).

Para a análise optamos pela Técnica de Análise de Conteúdo Categórica Temática. Segundo Bardin (2011), essa Técnica busca a construção de inferências sobre a mensagem dita.

Ressaltamos que nossas participantes tiveram ciências da pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinando e concordando com os termos da pesquisa. É importante mencionar que as identidades das participantes foram mantidas em sigilo, optamos por atribuir nomes fictícios a cada uma (Maria, Fernanda, Bruna, Clara).

5 RESULTADOS DISCUSSÕES

Ao pensar na criança com autismo, é necessário perceber as evoluções que foram construídas ao longo do tempo. Através de processos de muita luta e resistência de profissionais que entendem a necessidade de uma inclusão em sala de aula. Contudo, apesar das evoluções que ocorreram, alguns desafios ainda se fazem presentes nesse decurso.

Diante disso, uma das dificuldades apresentadas pelas nossas participantes diz respeito à compreensão dos alunos com autismo. Percebemos com isso a necessidade de que exista um conhecimento de todos sobre o que é o autismo. Só assim será possível quebrar os pré-conceitos que possam existir, como podemos perceber através do relato de nossa participante: “As estratégias inclusivas para os alunos autistas devem acionar a comunidade escolar e os familiares dos estudantes” (Maria).

Para Oliveira (2020), o autismo apresenta características variadas que comprometem desde suas relações com outras pessoas até a sua linguagem, fato este que mostra a necessidade de um apoio no processo de ensino- aprendizagem. O professor enquanto formador precisa ter um conhecimento amplo do que se trata o autismo. Santos (2008) afirma que a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais - o que é muito difícil para um autista.

Um outro desafio apresentado pelas participantes diz respeito ao apoio profissional com formações e materiais adequados para desenvolver a aprendizagem dos alunos. Percebemos a necessidade que as docentes mostram ao falar de um apoio educacional. Entendemos que as crianças com autismo apresentam especificidades que muitas vezes se faz indispensável recursos específicos para se utilizar e alcançar os objetivos esperados.

Além disso, concordamos com Valle e Maia (2010, p. 23), quando mostra a necessidade de uma adaptação curricular para essas crianças. Isso define-se como “o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos”.

É num desafio constante, pois a tríade do autismo traz como maior dificuldade de interação social a linguagem, a comunicação e os movimentos repetidos. Pois com isso, o aluno autista tem predileção por ficar sozinho, brincar isoladamente e não fazer uso de brinquedos convencionalmente como os demais. (Clara)

Diante disso, percebemos a importância de um planejamento específico para atender as necessidades das crianças. Vejamos o relato: “Saber como se planejar para oferecer um espaço de acolhimento à criança com transtorno do espectro autista é uma das maneiras de incentivar a participação desse aluno nas atividades escolares” (Bruna).

Com isso, percebemos que é crucial, para superar os desafios apresentados, uma formação docente adequada. Tendo a presença de materiais específicos para atuar e a busca constante na quebra dos pré-conceitos existentes quando tratamos da temática.

Um outro ponto que nos chama atenção ao tratar da inclusão é o processo de aprendizagem, pois trata-se de uma etapa fundamental para a criança. O professor atua diretamente para que esse estágio ocorra de forma satisfatória. Quando tratamos da aprendizagem das crianças com autismo, é fundamental entender que seu desenvolvimento ocorre muito antes dela entrar na escola. Ele é iniciado através

do seu meio social e dos estímulos que são desenvolvidos. A instituição, nesse sentido, vem como mais um espaço de construção de conhecimento.

Sendo assim, o professor tem um papel fundamental, principalmente no aprendizado das crianças com autismo. Cabe ao docente ter conhecimento para atender as necessidades específicas das crianças com autismo. Ele precisa trabalhar de forma coerente, compreendendo o aluno e buscando formas para que o aprendizado seja alcançado.

A aprendizagem é um processo contínuo que ocorre durante toda a vida do indivíduo, desde a mais tenra infância até a mais avançada velhice. Normalmente uma criança deve aprender a andar e a falar; depois a ler e escrever, aprendizagens básicas para atingir a cidadania e a participação ativa na sociedade. Já os adultos precisam aprender habilidades ligadas a algum tipo de trabalho que lhes forneça a satisfação das suas necessidades básicas, algo que lhes garanta o sustento. (MOTA E PEREIRA, 2015, p.2)

Mesmo tendo em mente a importância de um conhecimento mais aprofundado sobre a criança e sua forma de aprender, ainda percebemos na fala de nossas participantes que a capacitação de profissionais é um desafio e que muitas vezes deixa a desejar, afetando diretamente o trabalho desenvolvido. Como podemos observar na fala da Maria: “A gente precisa de capacitação, às vezes a gente tem que ter apoio para trabalhar em sala de aula”.

Mantoan (1997) ao tratar da inclusão e a educação para todos, diz que a formação do pessoal envolvido com a educação (professores, funcionários, enfim, todos que envolvem a educação e trabalham diretamente com as crianças) é de suma importância, assim como a assistência às famílias. Portanto, é necessário um apoio para esses profissionais que estão atuando diretamente com essas crianças. Entende-se que essa formação é de suma importância para as crianças da Educação Infantil, não somente daquela com espectro autista, nem daquelas ditas normais.

Deste modo, Rivière (1995) mostra que a função do professor é ajudar as crianças a se aproximarem desse mundo de significados e proporcionar os instrumentos funcionais que estão dentro das possibilidades dos alunos. Levando em consideração essa afirmação, trazemos uma fala de uma de nossas

participantes, que mostra em seu discurso a necessidade de acolher e atender as diferentes necessidades que podem aparecer. Vejamos os relatos:

Cada vez mais recebemos um número maior de alunos atípicos na escola. Sendo necessário a adaptação escolar de acordo com seu nível de deficiência (TDH - TEA - DI) e demais transtornos de aprendizagem. Essa inserção é uma forma de fazer acontecer desde cedo a consciência de que temos o dever de acolher e respeitar o outro, já ensinando a partir da Educação Infantil. É sempre em busca de melhores recursos para atender essas crianças. (BRUNA).

A formação para atender estas crianças é necessária e de extrema relevância, para desenvolver o aprendizado. (FERNANDA).

Vale ressaltar que a percepção que nossos participantes trouxeram sobre a necessidade de uma formação específica não são negativos, ao contrário, podem mobilizar a relevância de compreender os autistas e ajudá-los através da educação. (RIVIÈRE, 1995). Vamos observar o relato trazido por uma de nossas participantes:

A formação de professores para a educação inclusiva na Educação Infantil é importante porque, diferentemente da educação especial, ela não separa o aluno do convívio e aprendizado dos estudantes de uma escola regular, permitindo que ele se desenvolva como parte integrante da sociedade. (FERNANDA).

De acordo com Rivière (1995), para desenvolver a criança autista, não basta apenas conhecer e aplicar determinadas técnicas, sendo necessário tratar de compreender no que consiste ser autista. Os processos de aprendizagem deles são mais lentos e encontra-se alterados, sendo indispensável uma atitude de indagação funcional, de exploração criativa do que ocorre com o indivíduo que aperfeiçoamos.

O preparo das técnicas de aprendizagem e do profissional para Rivière (1995), é essencial para o controle e eliminação de condutas típicas do autismo, e também para atingir o objetivo de desenvolver a comunicação, a inteligência, a independência e o equilíbrio pessoal da criança autista.

Entendemos com isso que grandes mudanças ocorreram, dentre elas trazemos a Constituição Federal de 1988 que garante que todos tenham direito à educação. A criança com autismo possui os mesmos direitos de uma criança dita normal. A escola vem proporcionar a possibilidade de uma integração social,

fazendo com que este aluno tenha contato com outros, os quais não são do seu ambiente familiar, mas que irão contribuir para que haja de fato um desenvolvimento social.

No trecho a seguir, nossa participante evidencia em sua fala a relevância da integração das crianças com autismo as demais que não são: “Trazer o aluno para o convívio com os demais, o incentivando a participar das atividades propostas em sala.” (BRUNA). Desta forma concordamos com Vasques; Baptista, (2003, p.9) diz:

[...] mais que um exercício de cidadania, ir à escola, para as crianças. com psicose infantil e Autismo poderá ter valor constitutivo, onde, a partir da inserção escolar seja possível uma retomada e reordenação da estruturação psíquica do sujeito.

Cabe ao professor e aqueles que estão diretamente envolvidos no desenvolvimento destas crianças compreender como essas relações sociais ocorrem. Buscando desenvolver aspectos cognitivos, afetivos e histórico-culturais juntamente com a influência familiar.

Como afirma Carvalho (1999, p. 37), “[...] para que, em nossas escolas, o ideal da integração de todos, ou da não exclusão de alguns, torne-se realidade, é preciso trabalhar todo contexto em que o processo deve ocorrer. Do contrário, corre-se o risco de contribuir para maiores preconceitos em torno dos deficientes.”

O desafio na educação requer compreender como ocorrem às relações sociais, didáticas e metodológicas da criança autista a partir da Educação Infantil. Analisando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e histórico-cultural e a influência familiar.

De acordo com uma de nossas participantes, para que seja possível trabalhar com as crianças autistas na Educação Infantil, é preciso que se “Identifique o hiperfoco do aluno autista e assim trazer para o grupo atividades para integrá-lo com os demais. Sempre buscando atividades que ajude em sua aprendizagem prendendo sua atenção.” (CLARA).

Desta maneira, faz-se necessário um olhar atento para as especificidades de cada criança. Para Cunha (2016) é fundamental um diagnóstico bem elaborado para atuar diretamente nas necessidades destas crianças.

O diagnóstico precoce é o primeiro grande instrumento da educação. O que torna o papel docente fundamental, pois é na idade escolar, quando se intensifica a interação social das crianças, que é possível perceber com maior clareza singularidades comportamentais. Será sempre pertinente o professor ou a professora observar atentamente seu aluno, quando este apresentar algumas das seguintes características comportamentais: retrai-se e isolar-se das outras pessoas; não manter o contato visual; desligar-se do ambiente externo; resistir ao contato físico; inadequação a metodologias de ensino; não demonstrar medo diante de perigos; não responder quando for chamado; birras; não aceitar mudança de rotina; usar as pessoas para pegar objetos; hiperatividade física; agitação desordenada; calma excessiva; apego e manuseio não apropriado de objetos; movimentos circulares no corpo; sensibilidade a barulhos; estereotípias; ecolalias; ter dificuldades para simbolizar ou para compreender a linguagem simbólica; e ser excessivamente literal, com dificuldades para compreender sentimentos e aspectos subjetivos de uma conversa. (CUNHA, 2016, p. 24-25).

É preciso, portanto, que exista um olhar específico para estas crianças. O professor enquanto formador, precisa atuar diretamente para desenvolver as potencialidades dos seus alunos. Também é necessário que os outros sujeitos inseridos nas instituições apoiem e entendam as necessidades desses alunos. Ao tratar especificamente do apoio do corpo gestor para os professores, percebemos nas falas dos participantes que há uma preocupação e uma busca por desenvolver a inclusão. Vejamos:

Estão cada vez mais preparados afim de promover uma melhor inserção. (FERNANDA).

De maneira direta, muito atentos, buscando sempre trabalhar com profissionais qualificados para um melhor rendimento e crescimento dos alunos atípicos em sua aprendizagem. Dando também suporte para professores alunos e família. (CLARA).

Percebemos assim a importância de uma parceria entre professores e corpo gestor, onde ambos possuem os mesmos objetivos. Deve-se perceber e superar o desafio de integrar as crianças autistas nas atividades propostas, pois não é toda atividade que vai despertar seu interesse. Neste sentido vemos um esforço por parte dos professores que se desdobram e recorrem a diversos mecanismos que atendam às necessidades da criança e, sobretudo atraia para as atividades. Vejamos o depoimento de uma de nossas participantes:

Em alguns momentos de desorganização, eu uso pinturas... percebi que isso acalma eles. Quando eles se organizam é possível desenvolver mais algumas atividades. (MARIA)

Sendo assim, o professor precisa ir além de ser um transmissor de conhecimento. Na escola, tanto o aluno autista quanto o que não é, deverão vivenciar experiências significativas para o seu processo de aprendizagem. A escola, como um espaço de formação cria significados, promove reflexões, resgata valores e socializa. É na Educação Infantil que essa interação pode se iniciar, e os aspectos sociais são fortalecidos. O papel da escola é também usar de todos os recursos possíveis para transformar o entorno.

6 ASPECTOS ÉTICOS

O benefício apresentado em nossa pesquisa será o de ampliação dos conhecimentos enquanto estudantes de pedagogia, bem como a necessidade constante e refletir sobre nosso papel e nossa prática em sociedade. Ampliaremos também os olhares sobre a inclusão, assunto tão importante e atual em nossa sociedade.

O benefício para a sociedade será de a partir deste trabalho, ajudar na construção de profissionais reflexivos e transformadores em seus espaços de interação.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos. O participante poderá sentir alguma dificuldade em acessar as plataformas virtuais que utilizaremos. Caso isso aconteça, poderá optar por não responder ao solicitado ou desistir da pesquisa, sem qualquer custo. Poderá também solicitar ajuda da pesquisadora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho buscou compreender de que forma a inclusão das crianças autistas vem sendo desenvolvida pelos(as) docentes que atuam na Rede pública e privada de ensino. Para isso realizamos uma entrevista com alguns docentes onde

conseguimos conhecer sua rotina escolar. Percebemos que há uma busca por parte dos professores em desenvolver a inclusão das crianças com autismo, porém ainda há uma falta de preparo para trabalhar com as diversas especificidades que podem surgir.

A Educação Infantil como um espaço de interações torna-se um ambiente propício para desenvolver as habilidades das crianças. No entanto, é necessário apoio e auxílio para ajudar o docente, que muitas vezes se vê com uma grande quantidade de crianças para atender. Dificultando assim no processo avaliativo individual de cada aluno.

A inserção das crianças com autismo nas escolas regulares é uma conquista assegurada por lei. É preciso incluí-las dentro do contexto geral da escola respeitando as suas especificidades para que a mesma possa aprender e participar, estando incluída e não somente integrada.

Incluir não é só integrar, não é estar dentro de uma sala onde a inexistência de consciencialização de valores e a aceitação não existem. É aceitar integralmente e incondicionalmente as diferenças de todos, em uma valorização do ser enquanto semelhante a nós com igualdade de direitos e oportunidades. É mais do que desenvolver comportamentos, é uma questão de consciencialização e de atitudes (CAVACO, 2014, p. 31)

Ressaltamos com isso, a necessidade de políticas públicas como projetos para formações docentes para que se possa atender as crianças com autismo reforçando, assim o suporte necessário ao professor que está em sala de aula. A partir dessas formações sobre a temática, com materiais específicos para atender às diversas especificidades dos indivíduos os professores poderão ter mais segurança para atender essas crianças.

REFERÊNCIAS

- AJURIAGUERRA, J. **Manual de psiquiatria infantil**. São Paulo: Masson, 1983.
- AMY, M.D. **Enfrentando o autismo: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ARANHA, M. S F. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola:** necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visão_histórica.pdf Acesso em: 28 ago. 2021.

ASSUMPÇÃO Jr, F.B; KUCZYNSKI, E. **Autismo infantil:** novas tendências e perspectivas. São Paulo: Atheneu, 2009.

A.P.A. DSM-IV-TR. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** Trad. Claudia Dornelles; 4 ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

A.P.A. DSM-V. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento; 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BISSOLO, N. J. **Legislação e situação das classes especiais no Estado de São Paulo.** In Educação especial em debate. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, Conselho Regional de Psicologia, 1996, p. 55-65.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva 1990. (Série Legislação Brasileira).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMARGOS Jr, W. (coord.) **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio.** Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2005.

CORDIÉ, A. **Os atrasados não existem:** psicanálise de crianças com fracasso escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARVALHO, R. E et al. **Salto para o futuro.** Educação especial: Tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. Brasil em ação, 1999.

CUNHA, EUGÊNIO. **Autismo na escola:** um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

DEGENSZAJN, R. D; ROZ, D. P; KOTSUBO, L. **Fracasso escolar:** uma patologia dos nossos tempos? *Pediatria.* São Paulo, 2001, p.106-113.

FACION, J. R. **Transtornos do desenvolvimento do comportamento**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1994.

GODOY, A.S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Mar./abr. 1995.

GOODE, W.J. HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional;1979.

KUPFER, M. C. M; COLLI F. A. G. **Travessias inclusão escolar a experiência do Grupo Ponte da Pré -Escola Terapêutica Lugar de Vida**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MACHADO, J.D et al., **DSM-5: principais mudanças nos transtornos de crianças e adolescentes**. 2013.

MADER, G. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**. São Paulo, Memnon, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 2006.

MENDONÇA, F. J. B. **Ensinar: do mal-entendido ao inesperado da transmissão**. A psicanálise escuta a educação, 2001, p. 71-106.

MOTA, M .S. G; PEREIRA, F. E. L. **Desenvolvimento e aprendizagem: processo de construção do conhecimento e desenvolvimento mental do indivíduo**. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc_desenvolvimento. Acesso em: 17 out. 2022.

OLIVEIRA, F. I. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 17 out. 2022.

PLAISANCE, E. **Ética e inclusão**. Caderno de pesquisa, São Paulo, 2010 p.13-43.

RIVIÈRE, A. **O desenvolvimento e a Educação da criança autista**. In: COLL, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ROPOLI, E. A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ROMERO, A. Paula H. **Análise da política pública brasileira para a educação especial na década de 1990: configuração do atendimento e atuação do terceiro setor**. Maringá, 2006.

SILVA, A.B.B; GAIATO, M.B; REVELES, L.T. **Mundo singular: entenda o autismo**. São Paulo: Fontanar, 2012.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular – entenda o Autismo**. Rio de Janeiro.ED Fontana, 2012.

TACCA, M. C. V. R.; REY, G. **Produção de sentido subjetivo e as singularidades dos alunos no processo de aprender**. Psicologia: Ciência e Profissão, 2008, p.138-161.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação: na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VASQUES, C. K. Um coelho branco sobre a neve: estudo sobre a escolarização de sujeitos com psicose infantil. 2003. 152f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009

ZANATA, E. M; CAPELLIN, V. L M. F. Instrumentalização do professor e colaboração: uma parceria inclusiva. In: ZANIOLO, Leandro Osni; Dall'Acqua, Maria Júlia C. **Inclusão escolar: pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

**APÊNDICE:****APÊNDICE 1: Questionário para entrevista**
Disciplina: Pesquisa e Prática Pedagógica I**Questionário visita técnica**

1. Você terminou a Educação básica em uma instituição:

Pública Privada Outras

2. Qual o nível mais elevado de educação formal que você concluiu?

Inferior à Educação Superior Curso Superior de Tecnologia

Superior Pedagogia Especialização Mestrado Doutorado

3. Como você observa a inserção da Educação Inclusiva na rotina escolar e no segmento da Educação Infantil?

4. Quais são os maiores desafios para desenvolver a integração dos alunos autistas na sala de aula regular?

5. Quais as práticas que você costuma utilizar para integrar o aluno autista em sala de aula?
